



A UNIDADE DA FILOSOFIA E A PLURALIDADE DE CORRENTES FILOSÓFICAS: EXPRESSÃO DA POTENCIALIDADE CRIADORA DO PENSAMENTO, PROVA DE AUTODESQUALIFICAÇÃO DA FILOSOFIA OU PROBLEMA SOLÚVEL/INSOLÚVEL? *

The unity of philosophy and the plurality of philosophical currents: expression of the creative potential of thought, proof of auto-disqualification of philosophy or soluble/insoluble problem?

Lorenz B. Puntel **

Resumo: O tema da pluralidade de correntes filosóficas sempre ocupou a filosofia desde seu início. Hoje ele tem uma atualidade extraordinária devido ao fato inegável de que a filosofia está presente em todos os países dotados de uma cultura e língua com caráter suprarregional. Com exceção de alguns exímios filósofos como Hegel e Heidegger, o tópico foi em geral ignorado e/ou é apenas parcial e inadequadamente abordado. O presente ensaio propõe-se elaborar as grandes linhas de uma tematização sistemática deste complexo fenômeno. Na seção 1 é apresentada uma breve caracterização das mais importantes posturas na filosofia atual a respeito da pluralidade de correntes filosóficas. As três posturas, às quais todos os posicionamentos vigentes podem ser reduzidos, são as indicadas no título do ensaio. O resultado de uma consideração crítica destas posturas consiste na tese

* Artigo recebido em 30.04.2022 e aprovado para publicação em 15/07/2022.

** Doutor em Filosofia (Munique – 1968) e em Teologia (Innsbruck – 1969), professor emérito do Instituto de Filosofia da Universidade de Munique (Ludwig-Maximilians-Universität München – LMU), Alemanha.

de que somente a terceira postura, segundo a qual a unidade da filosofia em meio à pluralidade de correntes filosóficas representa um problema solúvel ou insolúvel, pode ser considerada uma concepção coerente e bem fundada. Tal posicionamento, porém, não exclui a aceitação de certos elementos da primeira e da segunda posturas. Na seção 2 são delineados os fundamentos para uma solução positiva do problema. Estes se centralizam no conceito de quadro referencial teórico com a tese subsequente de que existe uma pluralidade de quadros referenciais teóricos. Na seção 3 vem exposto o esboço de uma solução positiva, resultado da tematização das relações entre os diferentes quadros referenciais teóricos. São apresentadas e fundamentadas três teses. A primeira recorre ao conceito de verdade elaborado na filosofia estrutural sistemática e, nesta base, adquire a seguinte formulação: a cada quadro teórico bem formado e constituído corresponde um determinado grau de verdade. A segunda tese reza: quadros referenciais teóricos bem formados e constituídos formam uma hierarquia a partir dos critérios de teoricidade, inteligibilidade, coerência, abertura temática ilimitada e rigor expositivo. Por fim, a terceira tese articula uma consequência metódica e programática de longo alcance: uma tarefa preliminar e essencial da filosofia consiste em elaborar o quadro teórico de maior rigor teórico, mais inteligível, mais coerente e de maior abertura temática possível. O resultado não consiste na pretensão ingênua de elaborar um quadro teórico supremo e absoluto, nem mesmo o de atingir uma verdade cabal e definitiva. Este não é o ideal da filosofia. Na conclusão, resume-se brevemente o corolário geral das considerações feitas no ensaio: a unidade da filosofia não é uma grandeza fixa, estática e abstrata; ao contrário, constitui uma grandeza dinâmica e processual; além disso, o caráter real da filosofia dá-se somente como um processo de autodeterminação através das suas fases históricas concretizadas nas figuras chamadas de correntes filosóficas.

Palavras-chave: Correntes filosóficas. Unidade da filosofia. Quadro referencial teórico. Verdade. Graus de verdade. Teoreticidade. Coerência. Rigor teórico. Processo dinâmico.

Abstract: The topic of the plurality of philosophical currents has always occupied philosophy since its beginning. Today it has an extraordinary actuality due to the undeniable fact that philosophy is present in all countries endowed with a supra-regional culture and language. With the exception of a few great philosophers such as Hegel and Heidegger, the topic has generally been ignored and/or is only partially and inadequately addressed. The present essay proposes to elaborate the broad outlines of a systematic thematization of this complex and large phenomenon. In section 1, a brief characterization of the most important postures in philosophy today regarding the plurality of philosophical currents is presented. The three stances, to which all current stances can be reduced, are those indicated in the title of the essay. The result of a critical consideration of these positions is the thesis that only the third position, according to which the unity of philosophy amidst the plurality of philosophical currents represents a soluble or insoluble problem, can be considered a coherent and well-founded conception. This position, however, does not exclude the acceptance of certain elements of the first and second postures. In section 2 the foundations for a positive solution to the problem are outlined. These are centered on the concept of the theoretical referential framework with the subsequent thesis that there exists a plurality of theoretical referential frameworks. In section 3, the outline

of a positive solution is presented, which results from the thematization of the relations between the different theoretical frameworks. Three theses are presented and substantiated. The first one resorts to the concept of truth elaborated in structural systematic philosophy and, on this basis, acquires the following formulation: to each well-formed and constituted theoretical framework corresponds a certain degree of truth. The second thesis states: well-formed and constituted theoretical referential frameworks form a hierarchy based on the criteria of theoreticity, intelligibility, coherence, unlimited thematic openness, and expository rigor. Finally, the third thesis articulates a far-reaching methodical and programmatic consequence: an essential and preliminary task of philosophy consists in elaborating the theoretical framework of greatest theoretical rigor, most intelligible, most coherent, and of greatest possible thematic openness. The result is not the naive pretension of elaborating a supreme or absolute theoretical framework, nor even of reaching a complete and definitive truth. This is not the ideal of philosophy. In the conclusion, the general corollary of the considerations made in the essay is briefly summarized: the unity of philosophy is not a fixed, static and abstract magnitude; it is, on the contrary, a dynamic and processual magnitude; moreover, the real character of philosophy is only given as a process of self-determination through its historical phases, concretized in the figures called philosophical currents.

Keywords: Philosophical currents. Unity of philosophy. Truth degrees. Theoretical framework. Theoreticity. Intelligibility. Rigor. Coherence.

Introdução

O tema “a unidade da filosofia e a pluralidade de correntes filosóficas” é certamente um dos temas mais difíceis com os quais a filosofia se vê confrontada hoje (quando toma consciência deste confronto). Estritamente falando, este tema pertence à área da metafilosofia. Contudo, como não há e não pode haver uma disciplina superior à filosofia capaz de ser uma metadisciplina em sentido estrito com respeito à filosofia, trata-se no caso da metafilosofia, em verdade, mais uma vez de filosofia, ou seja: filosofia em sua autoreferencialidade. O fenômeno não é novo, pois sempre houve correntes filosóficas, desde os inícios da filosofia propriamente dita na Grécia. A novidade consiste na amplitude e complexidade do fenômeno, mas sobretudo a problematicidade que ele gera.

Discorrer sobre correntes filosóficas pressupõe que se admita uma unidade da filosofia. Do contrário, o conceito de corrente filosófica não teria um ponto de referência bem determinado e identificado ou identificável. Inversamente, a unidade da filosofia não inclui, necessariamente ou *a priori*, uma diversidade/pluralidade de correntes, mas também não a exclui. Essa é a situação conceitual. Dado o fato de que existem correntes filosóficas, o problema se põe de como entender a relação entre a unidade e a pluralidade da filosofia.

Neste ensaio o autor se propõe tratar este tema, por assim dizer, de modo frontal, isto é: levando em conta toda a sua profundidade, amplitude e problematidade, isso naturalmente dentro dos limites de um ensaio. As considerações serão divididas em quatro partes: Na primeira parte será apresentada uma breve descrição da atual situação das mais importantes posturas (posicionamentos) na filosofia de hoje a respeito da pluralidade de correntes filosóficas. As três posturas, às quais todos os posicionamentos vigentes podem ser reduzidas, são as indicadas no título do ensaio: a pluralidade de correntes filosóficas seria expressão da potencialidade criadora do pensamento filosófico, prova de autodesqualificação do pensamento ou problema solúvel/insolúvel? Seguirá uma consideração crítica destas posturas, sendo que o resultado será a tese que só a terceira postura, segundo a qual a unidade da filosofia e a pluralidade de correntes filosóficas representa um problema, embora, solúvel, pode ser considerada uma concepção coerente e bem fundada, entendendo-a porém no sentido de que não exclui a aceitação de certos elementos da primeira e da segunda posturas. Na segunda parte serão elaborados os fundamentos para uma solução positiva do problema. O ponto central consiste no conceito de quadro referencial teórico com a tese subsequente de que existe uma pluralidade de quadros referenciais teóricos. Na terceira parte será exposto o esboço de uma solução positiva como tal decorrente da tematização das relações entre os diferentes quadros referenciais teóricos. (Para abreviar dir-se-á somente “quadro teórico” e não “quadro *referencial* teórico”.) Por fim, na quarta parte será formulada uma breve conclusão.

1. *Análise preliminar de aspetos característicos da atual situação*

[1] Descrever, mesmo sumariamente, as atuais correntes filosóficas exigiria todo um livro. Aqui serão dadas apenas algumas indicações sobre as mais importantes correntes. É um fato incontestável que o panorama internacional da filosofia hoje é em geral universalmente dividido em dois grandes campos: a filosofia analítica e a filosofia continental(-europeia). Durante certo tempo (alguns decênios) esta divisão foi certamente pelo menos em grande parte acertada e justificada. Entretanto, a partir de alguns anos, aproximadamente dois ou três decênios, as fronteiras entre os dois campos começaram a tornar-se sempre mais movediças, sendo que em certos setores as fronteiras ou são dificilmente reconhecíveis ou simplesmente desapareceram inteiramente. A família analítica abriu-se decididamente a certas novas formas de pensamento e a novos horizontes temáticos. Por sua vez, muitos filósofos continentais estão empenhados num diálogo com os analíticos, diálogo, que ainda é tímido, mas que já representa um início promissor.

Deve-se levar em conta que a filosofia analítica não tem mais aquela coesão rígida que era uma das suas características no período que se pode chamar de clássico (mais ou menos até o fim da 2ª Guerra Mundial). As duas transformações mais notáveis são: 1) a deslocação do centro de preocupações da dimensão da linguagem para a dimensão da filosofia do espírito (*philosophy of mind*), e 2) a abertura decisiva para questões metafísicas, ainda que se trate de uma metafísica bastante exígua (trata-se mais da temática da tradicional *metaphysica specialis* que da *metaphysica generalis*, isto é, da ontologia geral). Mas p. ex. no livro do autor *Estrutura e Ser*¹, que apresenta uma concepção sistemática da filosofia e que se situa fundamentalmente no quadro analítico, é empreendido um passo decisivo em direção ao repensamento da grande questão do Ser. Extremamente interessante é a reviravolta de caráter pragmatista em enfoques tradicionalmente analíticos como, p. ex., a semântica.

Por sua parte, a filosofia continental(-europeia) constitui um grande aglomerado de correntes e tendências que se denominam filosóficas. É praticamente impossível estabelecer uma lista mais ou menos completa deste extremamente variegado e complexo cenário filosófico. São citadas aqui apenas as correntes e subcorrentes mais importantes e salientes na situação atual da filosofia: pensamento transcendental em sentido kantiano, pensamento dialético em sentido hegeliano, pensamento do Ser no sentido de Heidegger, hermenêutica, fenomenologia husserliana, fenomenologia francesa, pós-estruturalismo, direções pós-modernas imensamente variadas, entre as quais se devem salientar as várias tendências desconstrucionistas, pensamento crítico da escola de Frankfurt representado hoje sobretudo por Habermas, o qual, porém, fez uma notável virada em direção ao pragmatismo analítico etc. O que é importante para o tema deste ensaio não é a consideração específica de cada corrente e muito menos de cada autor, senão a questão de princípio posta pelo fato de existirem numerosas correntes filosóficas que, pelo menos à primeira vista, aparecem como sendo antinômicas e irreconciliáveis.

[2] A seguinte questão a ser tratada refere-se à *postura* (ao posicionamento) que as atuais correntes filosóficas mantêm com respeito à grande problemática da unidade da filosofia e da pluralidade de correntes filosóficas. Também aqui não será possível tratar cada corrente e muito menos cada filósofo pertencente a uma corrente em particular. É suficiente dar uma caracterização geral.

Em primeiro lugar faz-se mister introduzir uma distinção entre o *plano de postura explícito* e o *plano de postura implícito*. Caso se abstraia de fenômenos isolados e de exceção, o que ocorre geralmente no *plano explícito* é uma

¹ PUNTEL L. B. *Estrutura e Ser*. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

despreocupação e uma indiferença surpreendentes com respeito ao grande problema da unidade da filosofia e da pluralidade de correntes filosóficas. Em geral uma corrente ignora as outras, ocupando-se apenas consigo mesma e, assim, nem mesmo se perguntando que consequências o fenômeno da pluralidade de correntes filosóficas tem com respeito à unidade da filosofia que tais correntes necessariamente pressupõem. Este silêncio representa um fenômeno notável e profundamente preocupante. A razão reside no fato que a despreocupação/indiferença constatada constitui uma aparência superficial e problemática: é profundamente ambígua. Com efeito, no *plano implícito* cada corrente e filósofo pertencente a uma corrente mantém, ainda que prevalentemente de maneira confusa, uma determinada postura com respeito ao problema da unidade e pluralidade. Como já foi dito no início, podem-se reduzir todas as posturas (tanto explícitas como implícitas) às três categorias mencionadas no título do ensaio. No que segue apresentar-se-á, primeiramente, uma apreciação crítica inicial de cada uma delas.

[3] A *primeira postura* é expressão de um otimismo, por assim dizer, sem fissuras. Aponta para as potencialidades do pensamento filosófico e vê a pluralidade de correntes filosóficas como uma riqueza, como prova da efetivação destas potencialidades. Condudo, esta postura, tomada como tal e, por assim dizer, em sua pureza, é ambígua e incoerente. Em sua exclusiva exaltação das potencialidades do pensamento humano, negligencia totalmente o outro lado da medalha, a saber: o enorme problema que a profusão de correntes põe em relação à unidade da filosofia. Não explica – e, assim, está pelo menos em perigo de não poder salvar – a unidade da filosofia. Mas esta postura positiva e otimista contém não só algo, mas muito de verdade, sob a condição de ser criticamente reavaliada. Isso será mostrado na terceira parte deste ensaio.

A *segunda postura* é diametralmente oposta/contrária à primeira. Segundo ela a pluralidade de correntes filosóficas constitui um fator em base do qual a filosofia se *autodesqualifica* como ciência, como atividade teórica séria. Argumenta que onde há caos, onde há anarquia, não se pode falar de algo com sentido. Caos, anarquia e fatores semelhantes são expressão da destruição da existência de unidade daquela atividade teórica à qual as correntes filosóficas pretendem referir-se e de fato se referem, isto é: da filosofia. Esta postura é em geral – explicitamente – assumida por pessoas alheias à filosofia, por não-filósofos, cientistas, que veem com assombro o cenário por eles considerado como caótico da filosofia, especialmente por sociólogos, historiadores, políticos, etc. Deve-se dizer que até certo ponto este fenômeno é compreensível, pois pode-se facilmente constatar a seguinte afirmação: Quem (a partir de fora da filosofia) contempla o que acontece na filosofia, o grande cenário filosófico, tem naturalmente a tendência de dizer: Trata-se de um empreendimento caótico, de um aglomerado de posições e enfoques que se excluem mutuamente. Dito popularmente: trata-se de um empreendimento de grupo de pessoas em

permanente briga acirrada de uns com os outros, com a consequência de autodestruição no plano do pensamento.

Ao que é dito de fora da filosofia sobre a filosofia só pode – de um ponto de vista filosófico sólido – ser atribuído um valor mínimo, em qualquer hipótese um valor não-determinante. O que é fundamentalmente e unicamente importante para a filosofia é a questão: como avaliar a segunda postura quando ela é assumida e praticada por *filósofos*? Neste caso, a defesa desta postura incorreria ou numa incoerência fatal ou num dogmatismo radical.

A *incoerência fatal* dar-se-ia no caso de um filósofo, que defende a tese segundo a qual a pluralidade de correntes filosóficas constitui uma autodesqualificação da filosofia, consiste em continuar fazendo filosofia, não se preocupando com as outras correntes filosóficas, isto é, simplesmente ignorando-as. E então, logo se evidenciaria a autocontradição deste filósofo: sua atividade filosófica constitui também uma corrente filosófica, participando, portanto, daquele conglomerado de correntes que representam, segundo este filósofo, o caos filosófico por ele constatado. É um caso concreto análogo àquele da famosa “antinomia do mentiroso”, como no exemplo: um filósofo brasileiro diria: “Todos os brasileiros são mentirosos”. Surge imediatamente a antinomia: Se se assume que esta frase é verdadeira, então o filósofo brasileiro que a afirma é mentiroso; mas então a frase é falsa, pois que o filósofo brasileiro que a afirma não está mentindo, mas dizendo a verdade. Dito em breve: se a frase é verdadeira, é falsa; se é falsa, é verdadeira – antinomia total. Um caso análogo é o caso do filósofo que, como filósofo, defende a tese de que a filosofia em vista da pluralidade de correntes filosóficas se autodesqualifica.

O *dogmatismo radical* dar-se-ia no caso de o filósofo, que defende a tese segundo a qual a pluralidade de correntes filosóficas constitui um caos, eximir sua própria posição (e corrente) filosófica do aglomerado por ele classificado como caos, afirmando que só sua posição e, assim, sua corrente, é não-caótica verdadeira. Neste caso não haveria incoerência ou contradição, mas haveria um dogmatismo radical no seguinte sentido: este filósofo declararia simplesmente que todas as outras correntes filosóficas são falsas ou absurdas etc. Mas como pode este filósofo fundamentar sua posição? A resposta só pode ser: não poderá fundamentá-la efetivamente e racionalmente. O que ele então faz é tomar uma atitude dogmática radical.

Ambas essas formas ou atitudes, a saber: a incoerência fatal e o dogmatismo radical, ocorrem muito frequentemente na filosofia e, na maioria das vezes, de maneira *implícita*. A segunda, o dogmatismo radical, aparece muito frequentemente de modo explícito. Tem-se então o que se chama de fundamentalismo filosófico. Ambas as atitudes devem ser rejeitadas, pois nem incoerência nem dogmatismo podem ser tolerados na filosofia. Resta então a *terceira grande postura*, que consiste, no início, em admitir que a relação entre a unidade da filosofia e a pluralidade de correntes

filosóficas constitui um *problema* ou solúvel ou insolúvel. Talvez a maior parte dos filósofos atuais assumam de forma implícita esta terceira postura, embora em sua forma *negativa*, ou seja, admite a tese segundo a qual a relação entre a unidade da filosofia e a pluralidade de correntes filosóficas constitui um problema *não* solúvel. Esta tese minimalista não faz jus às grandes potencialidades do espírito humano. Para refutá-la não vale a pena nem é eficaz apresentar argumentos de caráter geral; a única forma realmente convincente consiste em apresentar a *contraprova explícita* em forma de uma concepção *positiva* do problema entre a unidade da filosofia e a pluralidade de correntes filosóficas. É o que se fará na segunda e, sobretudo, na terceira parte deste ensaio.

[4] A solução a ser apresentada neste ensaio é vasta em seu conteúdo e original em sua forma. No que tange ao conteúdo, cabe aqui dar inicialmente uma breve indicação sobre a *dimensão histórica* do problema. De uma forma ou outra, houve e há muitos filósofos que fazem afirmações sobre o problema da unidade da filosofia e a pluralidade de correntes filosóficas. Sem poder fundamentá-la aqui, nem mesmo brevemente, a concepção a ser exposta neste ensaio é que todas estas afirmações, com duas exceções, são deficientes e, assim, insuficientes a tal ponto que não merecem uma consideração explícita detalhada. As duas exceções são Hegel e Heidegger. Em suas monumentais *Lições sobre a história da filosofia* (mas também em suas *Lições sobre a filosofia da história universal* e sua *Fenomenologia do Espírito*) Hegel apresentou uma concepção altamente ousada e especulativa, mas que, de outro lado, em certo sentido pelo menos, deixa ver ou entrever o âmago da questão ou da “coisa (*Sache*)” a ser pensada: Ele concebeu as diferentes filosofias ou correntes filosóficas como as grandes etapas ou figuras (“*Gestalten*”) do processo que constitui o que ele, de modo geral, chama de Absoluto (realidade, Ser em sua totalidade): O resultado deste processo é chamado por ele de Saber absoluto, Idéia absoluta e, sobretudo, Espírito do mundo ou Espírito Absoluto. Ele escreve: “O verdadeiro é o todo. Mas o todo é o Ser (*Wesen*) que através do seu desenvolvimento chega à sua fase final total. Sobre o Absoluto deve-se dizer que ele é essencialmente resultado, isto é, que ele é o que é em verdade somente na fase final.”² As diferentes filosofias são as figuras que mediatizam o processo. O todo, o Absoluto como Saber Absoluto, como Idéia Absoluta, como Espírito Absoluto é a unidade que só é tal enquanto se desdobra, aliena-se em diferentes figuras e, através deste processo, retorna a si mesma. São afirmações e formulações ousadíssimas, mas também afirmações e formulações imensamente opacas, que, na melhor das hipóteses, são compreensíveis apenas de maneira confusa e intuitiva. Numa palavra: esta concepção sofre do fato fundamental que lhe falta total clareza.

² HEGEL, G.F.W. *Phänomenologie des Geistes*. Gesammelte Werke, Band 9. Hamburg: Meiner, 1989, p. 19.

O outro pensador que “pensou grande” com respeito ao problema da unidade da filosofia e da pluralidade de correntes filosóficas, foi Heidegger. Ele pensou este todo como a “*história do Ser*”, história que consiste num autodesvelamento e, ao mesmo tempo, um autoretrairamento do Ser. Mais tarde (a partir dos meados dos anos 1930) Heidegger começou a usar o termo “*Ereignis*” (de difícil tradução, devido à interpretação absolutamente idiosincrática à qual Heidegger submete este termo) em vez da palavra “Ser”. As grandes filosofias são, segundo Heidegger, as figuras históricas do Ser/Ereignis. Toda essa concepção de Heidegger é, em grande parte, uma poetização da questão da unidade da filosofia e da pluralidade de correntes filosóficas. Não obstante, deve-se reconhecer que, pelo menos, Heidegger aponta para o que deve ser pensado em toda sua dimensionalidade, quando se fala da unidade da filosofia e da pluralidade de correntes filosóficas.

2. Fundamentos de uma solução positiva: o conceito de quadro referencial teórico e de sentença teórica

Nesta seção será exposta a solução positiva ao problema que surge com a admissão da unidade da filosofia e da constatação de uma grande pluralidade de correntes filosóficas. Com isso passamos a uma esfera fundamentalmente e decididamente sóbria de pensar; esta forma de pensar é determinada essencialmente pelos critérios de teoreticidade, inteligibilidade, coerência, abertura temática ilimitada e rigor expositivo. Em primeiro lugar, é imprescindível esclarecer os fundamentos da solução positiva. Com isso passamos para uma área de considerações que, à primeira vista, pouco ou nada tem a ver com a questão da unidade e da diversidade na área da filosofia. Na verdade, estas considerações fornecem a chave para desenvolver uma solução positiva para o problema que nos ocupa, como se mostrará.

[1] A estratégia aqui seguida se baseia na seguinte consideração: Parte-se da constatação e avaliação de uma pressuposição que toda e qualquer concepção e corrente filosóficas necessariamente devem fazer e, facticamente sempre já fazem, mesmo quando essa pressuposição é explicitamente negada. Essa pressuposição é o que chamo de *quadro* ou *marco* (*referencial*) *teórico* (*Theorierahmen, theoretical framework*). Esta expressão é inspirada na expressão “*linguistic framework*” (*Sprachrahmen*) introduzida pelo filósofo alemão Rudolf Carnap, que era membro do assim chamado Círculo de Viena e que, mais tarde, emigrou para os Estados Unidos. Carnap aplicou a expressão ‘quadro/marco’ só à linguagem, enquanto que aqui ela é aplicada à toda a dimensão teórica, que contém muito mais que só a linguagem.

Dito brevemente, um quadro/marco referencial teórico é o conjunto de todos os elementos que são pressupostos por qualquer juízo ou enunciado teórico, por qualquer questão teórica, por qualquer concepção (teórica), isto

é: por qualquer atividade ou manifestação discursiva teórica, como quer que seja concebida em detalhe. E isso vale absolutamente para todos os filósofos e todas as correntes filosóficas. A razão disso reside no fato que, sem esta pressuposição, não haveria possibilidade de identificar qualquer manifestação (de que tipo seja) de uma pessoa que se diz filósofo como sendo filosófica. Deve ser de antemão evidente que nem tudo o que uma pessoa, que se diz filósofo, faz ou diz, já é *ipso facto* algo filosófico.

São quatro os elementos absolutamente essenciais constitutivos de um quadro referencial teórico: uma linguagem, sua sintaxe e sua semântica, uma lógica, uma ontologia. Todo e qualquer filósofo e toda e qualquer corrente filosófica pressupõe estes quadro elementos em cada discurso teórico, por menor que seja. (Muitos filósofos considerariam também uma epistemologia como um elemento essencial constitutivo de um quadro teórico. Segundo a concepção aqui exposta a dimensão epistêmica só tem um papel secundário.) Explicando em poucas palavras, pode-se dizer: a *linguagem* é absolutamente imprescindível pois é com ela e nela que se articula uma teoria filosófica. Contudo, Mas a linguagem, que originalmene é simplesmente um conglomerado de símbolos, é, como linguagem filosófica, um conjunto de sentenças. Entram em questão somente as sentenças declarativas, que podem ser chamadas sentenças teóricas. São as sentenças precedidas pelo operador teórico: “É o caso que [assim e assim...]” (não: “Deve ser o caso que [assim e assim], ou: “Que lindo é que as coisas são [assim e assim]”, sentenças que são precedidas pelo operador prático e pelo operador estético, respectivamente). Mas nenhuma sentença teórica ocorre ou pode ocorrer de forma isolada, pois é parte da linguagem que consiste no conjunto de todas as sentenças teóricas. Esta integração de cada sentença no conjunto de todas as sentenças acontece em forma de muitas e imensamente variadas relações cuja estrutura é catalogada pela *lógica* pressuposta, que é o segundo elemento componente do quadro referencial teórico. Em terceiro lugar, todas as sentenças teóricas têm um estatuto *semântico*, isto é, expressam um conteúdo informativo, chamado proposição. Tal proposição, quando verdadeira, se refere a algo no mundo, o que indica a quarta dimensão, a dimensão *ontológica* do quadro referencial teórico. Esta estruturalidade linguística-lógica-semântica-ontológica de todo e qualquer enunciado ou discurso teórico é pressuposta em todos os escritos que fundadamente podem ser considerados como escritos filosóficos, quer o respetivo filósofo tenha consciência disso ou não, quer ele reconheça isso ou não. É fácilimo demonstrar isso em cada caso particular.

[2] Para todo trabalho filosófico o *questionar*, o formular questões, é uma operação simplesmente fundamental. Ora, questionamentos filosóficos são de uma parte expressão das potencialidades do quadro referencial teórico pressuposto e usado e, de outra parte, concretizam este quadro teórico. Toda a conceitualidade usada por um filósofo, que especifica o componente *semântico* do quadro teórico, está à base não só de todo e qualquer

discurso filosófico, mas também de todas as questões levantadas. Se um quadro teórico não possui os recursos linguísticos, semânticos, conceituais, lógicos e ontológicos para articular uma determinada questão, então isso significa que esta questão simplesmente não é posta (e muito menos pode ser tratada) no âmbito do respetivo quadro teórico. O que este filósofo deve fazer em tal situação é repensar, reformular, renovar seu quadro referencial teórico. Isso constitui um fenómeno que acontece *facticamente*, sobretudo nos escritos de grandes filósofos, mas sem que eles geralmente tenham consciência metódica do que fazem e procuram.

Isso acontece especialmente com Heidegger, que, como jovem, partiu de um quadro teórico *fenomenológico* na esteira do pensamento de Husserl; mas no decorrer da sua evolução modificou a fundo elementos essenciais deste quadro teórico, em direta oposição ao seu mestre e paradoxalmente não cessando de repetir que continuava a ser fenomenólogo. Há um outro aspeto no pensamento do grande pensador do Ser que ilustra muito bem o que é um quadro referencial teórico filosófico e quão importante é sua tematização para esclarecer o que acontece e o que deveria acontecer na filosofia. Muito frequentemente e em contextos centrais Heidegger formula uma queixa, quase diria uma lamentação: aponta para o que chama “penúria da linguagem (*die Sprachnot*)” como causa explicativa do fato que ele não apresentou sua concepção do Ser/*Ereignis* de modo inteligível e detalhado. Um dos lugares mais característicos são as três últimas frases da famosa conferência *Zeit und Sein* (1962), onde se lê: “É necessário perseverar constantemente no esforço de superar os impedimentos, que têm como efeito tornar facilmente inadequado este Dizer (Articular) [isto é: o Dizer/Articular o que seja o Ser/*Ereignis*]. Um impedimento deste gênero permanece também a dicção (*das Sagen*) (articulação) do *Ereignis* nos moldes de uma conferência. A conferência falou por meio de frases/sentenças-que-expressam-algo (*Aussagesätzen*).”³ O sentido é claro: a última frase é apresentada como a desculpa para o fato que Heidegger não disse mais do que havia dito na conferência, o que é imensamente pouco e vago. O sentido desta frase pode ser parafraseado assim: Infelizmente a conferência não tinha outra maneira de falar do que usando frases compostas de sujeito e predicado. Em outras palavras, as frases da linguagem comum (normal), que são em sua quase-totalidade frases compostas de sujeito e predicado, não são adequadas para expressar o que Heidegger queria expressar.

Neste ponto, o autor considera acertada a opinião de Heidegger. Porém, há um diferença essencial: Heidegger nunca procurou – nem minimamente – elaborar uma linguagem adequada ao que ele, segundo afirma, queria dizer; em vez disso, ele começou a usar sempe mais amplamente uma linguagem mais ou menos e crescentemente poética. Ao contrário de

³ HEIDEGGER, M. “Zeit und Sein”, in M. Heidegger, *Zur Sache des Denkens*. Tübingen: Niemeyer Verlag, 1969, p. 1-25; citação 25.

Heidegger, cujo quadro referencial teórico sempre permaneceu ambíguo e inadequado, minha trajetória filosófica levou-me a elaborar um quadro teórico, em cujo centro está uma linguagem estritamente filosófica transparente, da qual estão excluídas sentenças com a estrutura de sujeito e predicado (não no plano sintático, mas no plano semântico).

[3] A partir do conceito de quadro teórico a questão, tão falada e tão mal-discutida na atualidade, sobre a relação entre filosofia e ciências pode ser esclarecida em princípio. Primeiramente, devem-se distinguir dois tipos fundamentalmente distintos de quadros teóricos: o *tipo filosófico* e o *tipo científico*. Cada um destes tipos tem diferentes subtipos, portanto filosóficos e científicos. A questão sobre a relação entre a filosofia e as ciências reduz-se essencialmente à relação entre o tipo filosófico e o tipo científico de quadro teórico. Apresento um exemplo muito significativo para esclarecer esta questão respectivamente esta relação: a questão do início do universo.

Na cosmologia científico-natural, coloca-se a questão do início ou da origem do universo. *Stephen Hawking* afirma que dos teoremas que ele próprio e *R. Penrose* comprovaram decorreria “que o universo necessariamente teve um início”, mas acrescenta que esses teoremas “fornecem pouca informação sobre a natureza desse início”⁴ O que se entende por “origem” ou “início” aqui? Com respeito a este ponto constata-se uma lamentável falta de clareza e muita confusão, responsáveis pela formulação de questões baseadas em falsos pressupostos, por afirmações totalmente infundadas, pela composição de oposições absurdas etc., tanto por parte de cientistas e filósofos teístas quanto de ateístas.

De acordo com a teoria-padrão físico-cosmológica da ciência natural, o universo teve início numa explosão originária (teoria do *Big Bang*). Segundo os teoremas de *Hawking* e *Penrose* acima mencionados, entre 10 e 20 bilhões de anos atrás, a distância entre galáxias “vizinhas” deve ter sido igual a zero. Nesse ponto, a densidade do universo e a curvatura do espaço-tempo teriam sido infinitas. Esse ponto é o que os matemáticos denominam *singularidade*. Aqui é decisiva a seguinte consequência: visto que todas as teorias científicas pressupõem que “o espaço-tempo é liso e quase plano”⁵ todas as leis naturais (clássicas) cessam de vigorar nesse ponto. Tampouco faz sentido perguntar o que havia *antes* da singularidade, já que o próprio tempo só começou com a singularidade da explosão originária. Disso aparentemente resulta que a questão da origem ou do início do universo está inequivocamente respondida em termos científico-naturais: o universo começou com a explosão originária e qualquer outra instância como, por exemplo, um criador é irrelevante por ser infundada e supérflua.

⁴ HAWKING, S. *O universo numa casca noz*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2001, p. 64.

⁵ HAWKING, S. *Uma breve história do tempo*. Do Big Bang aos Buracos Negros. Lisboa: Grádiva, 1988, p. 35.

Nas três últimas décadas, houve uma controvérsia acirrada entre cientistas naturais, filósofos e teólogos sobre o *estatuto* da(s) teoria(s) físico-cosmológicas, uma controvérsia que ainda está em andamento. Há teólogos e filósofos que querem vislumbrar na circunstância de o início do universo ter sido constatado, mais exatamente, comprovado pela ciência natural, uma demonstração direta de um Deus criador: eles dão à teoria da explosão originária uma interpretação *criacionista*. Outros filósofos querem ver nessa teoria o exato oposto disso: a comprovação do início do universo pela ciência natural seria uma explicação que tornaria supérflua qualquer outra explicação e inclusive não poderia ser coadunada com a admissão da existência de um Deus criador; segundo eles, a origem do universo é incausada, o universo surgiu de modo *espontâneo*. Também houve físicos que interpretaram a teoria da explosão originária em termos criacionistas-teológicos, como, por exemplo, J. Narlikar.

É possível mostrar que todas essas posições ou interpretações representam *mal-entendidos*. A razão disso é que elas não atentam para um fator fundamental: o *estatuto específico* dos enunciados ou da(s) teoria(s) físico-cosmológicas/as científico-naturais. Quando se fala, no quadro desses enunciados/dessas teorias, de “origem ou início do universo”, tal formulação é profundamente passível de mal-entendidos. O sentido dessas expressões empregadas por físicos e filósofos falando ambigualmente resulta do *estatuto* do *quadro teórico* ou *modelo* científico-natural aplicado na cosmologia física. No *interior* desses modelos se “infere” um ponto do passado, a singularidade, como mostram os teoremas de *Hawking* e *Penrose*. Ora, quando se diz que o universo teve sua origem ou seu início neste “ponto”, isso só pode querer dizer que, nesse ponto e a partir desse ponto, o universo físico é explicável como um todo estruturado em conformidade com as conhecidas leis da natureza. Nesse sentido – isto é, num sentido bem relativo e imensamente restrito – a cosmologia física explica a “origem” ou o “início” do universo. Não se pode falar aqui de uma origem ou de um surgimento ou de uma criação *ex nihilo*, a partir do nada, pois todo o modelo ou quadro teórico físico pressupõe justamente a singularidade – e *esta naturalmente não é o nada*. A singularidade é somente algo que não é “estruturado” pelas conhecidas leis da natureza. A teoria físico-cosmológica da explosão originária consiste “apenas” em que ela “deriva” uma condição do universo físico (a saber, a atual) de *outra* condição do universo físico. Aliás, a rigor, nem mesmo se pode dizer, nos termos dessa teoria, que a condição do universo atual seja derivada de uma condição *anterior* do mesmo universo, visto que a singularidade não mais se situa propriamente “no espaço-tempo”; pois, em conformidade com esse modelo, o tempo só teve início com a explosão originária.

No *interior* do referido quadro teórico ou modelo cosmológico-físico, não se pode levantar nem responder uma questão do tipo: e como surgiu essa singularidade? Ao seu modo, *Hawking* expressa esse estado de coisas assim:

“De fato, todas as nossas teorias científicas partem do pressuposto de que o espaço-tempo é liso e quase plano. Por essa razão, as teorias falham

diante da singularidade da explosão originária, na qual a curvatura do espaço-tempo é infinita. Portanto, mesmo que tenha havido acontecimentos antes da explosão originária, não haveria como referir-se a eles com base na determinação do que aconteceu depois, porque a possibilidade de previsão acaba na explosão originária. De modo correspondente, *não podemos emitir enunciados sobre o que era antes*, caso saibamos apenas o que ocorreu desde a explosão originária, o que de fato é o caso. No que concerne a nós, os acontecimentos anteriores à explosão originária não podem trazer conseqüências e, por conseguinte, nem deveriam tornar-se *componentes de um modelo científico do universo*. Deveríamos, portanto, *excluí-los do modelo e dizer que o tempo começou com a explosão originária*.”⁶ [ênfase de LBP].

A questão filosófico-metafísica da origem ou do início do universo não é colocada no quadro teórico ou modelo físico-cosmológico – *nem pode sê-lo*, pois essa questão não concerne simplesmente à derivação de uma condição do universo de outra condição do universo, mas àquilo que se pode denominar a *dimensão contingente*. Esta concerne ao *estatuto* fundamental de Ser ou existência, de absolutidade ou contingência. Esta última questão só pode ser posta no âmbito de um quadro teórico filosófico, do qual a requerida conceitualidade faz parte. O quadro teórico físico-cosmológico sempre parte de algo físico já existente e só pode proceder assim, pois toda a estruturalidade deste quadro teórico é tal que não contem um conceito como o surgir do nada absoluto.

[4] Retornar-se-á agora à problemática puramente filosófica. Foi brevemente indicado acima que o tipo filosófico de quadro teórico por sua vez inclui um grande número de diferentes quadros teóricos filosóficos *existentes* e um muito maior número de quadros referenciais teóricos filosóficos *possíveis* (por simplicidade não se dirá “subquadros”...). Trata-se, portanto, de uma imensa pluralidade de quadros referenciais filosóficos reais e possíveis. As diferentes correntes filosóficas não são outra coisa que as concretizações de tais quadros teóricos filosóficos. Este resultado das considerações feitas até agora constitui a base para uma *solução positiva* do problema posto pela admissão da unidade da filosofia e pela constatação da existência de uma pluralidade de correntes filosóficas.

3. Uma solução positiva decorrente da tematização das relações entre os diferentes quadros referenciais teóricos

Na terceira parte deste ensaio a tarefa consiste em mostrar *como* se pode alcançar uma solução positiva inteligível, coerente e rigorosa do tema aqui tratado da unidade da filosofia e da pluralidade de correntes filosóficas

⁶ HAWKING, *Uma breve história do tempo*, p. 49.

em base do conceito elaborado de quadro teórico. Em certo sentido trata-se de uma árdua tarefa, em outro sentido trata-se apenas de elaborar as grandes consequências da aplicação do conceito de quadro teórico à questão em pauta.

[1] Um primeiro passo consiste em mostrar que a interpretação da pluralidade de correntes filosóficas por meio do conceito de quadro teórico não tem como consequência nem a primeira nem a segunda posição nomeadas no título desta conferência, isto é, nem é expressão simples indiferenciada da potencialidade criadora do pensamento e também não é prova de autodesqualificação da filosofia. Quanto à *primeira posição*, não pode haver dúvidas que a pluralidade de quadros teóricos e, assim, de correntes filosóficas seja *também* expressão da potencialidade criadora do espírito humano. Há, portanto, um aspeto que se poderia chamar de positivo e otimista com respeito à pluralidade de correntes filosóficas. Contudo, este otimismo, formulado sem nenhuma diferenciação e restrição ulteriores, é perigosamente superficial e, assim, inadmissível. Acontece que a potencialidade criadora em questão tem seu lado fortemente negativo: em verdade, trata-se da potencialidade de um ser (ente) finito dotado de dinamicidade, por assim dizer: de um ser/ente em permanente processo de autodesenvolvimento. Ora, um tal processo está sujeito a fatores essenciais e contingentes das mais variadas espécies e proveniências. O resultado é um desenvolvimento não retilíneo, por assim dizer muito sinuoso, enredado, embaralhado, enigmático. Surge desta constatação a necessidade filosófica de criar clareza sobre este fenômeno.

No que diz respeito à *segunda posição*, a autodesqualificação da filosofia, fica claro que a admissão de uma pluralidade de quadros referenciais teóricos (e, assim, de correntes filosóficas) teria como consequência esta posição somente no caso que esta pluralidade pudesse ser entendida unicamente como um caos, uma anarquia. Mas esta consequência não se segue, como se mostrará na última parte deste ensaio.

[2] A tarefa consiste agora em mostrar *de que maneira exata*, a partir do conceito de quadro teórico, a relação entre a unidade da filosofia e a pluralidade de correntes filosóficas pode ser entendida de maneira positiva, isto é, isenta de paradoxos ou contradições. A resposta a esta questão decisiva é dada primeiramente e fundamentalmente pelo conceito de *grau de verdade*. À primeira vista este conceito possui um estatuto paradoxal: de uma parte, parece corresponder a muitas das nossas intuições e convicções quotidianas. Nós dizemos por exemplo: nisso há muita verdade, há uma parte de verdade, há um grão de verdade. De outra parte, quando filósofos procuram esclarecer este conceito, defrontam-se com grandes dificuldades. Não nos é possível tratar aqui deste conceito considerado em si mesmo, o que, porém, não é necessário para a temática do presente ensaio; será tratado somente na perspectiva da sua associação com o conceito de quadro teórico.

A primeira tese a ser explicada e provada reza: *a cada quadro teórico bem formado e constituído corresponde um determinado grau de verdade*. Deve-se insistir na qualificação do quadro teórico como sendo *bem formado e constituído* (sobre isso serão feitas importantes reflexões no fim do ensaio). Como entender isso? Cada quadro teórico bem formado e constituído fala sobre as coisas, sobre o mundo, de uma determinada maneira; possui portanto uma referência ontológica. É difícil e seria irracional admitir que essa referência ontológica, por assim dizer, “cai no vazio (ontológico)” ou não atinge nada de ontológico, assim que seria pura e simplesmente falsa. Uma tal concepção não faz jus ao fato inegável que um bem formado e constituído quadro teórico tem pelo menos uma certa inteligibilidade e uma certa coerência e que, ao usá-lo, pelo menos certos resultados são alcançados. Além disso, uma simples reflexão de caráter fundamental demonstra claramente o ponto central. Toda filosofia e toda ciência só podem ser entendidas e explicadas como sendo um *processo*. É inimaginável que se possa negar isso. Ora, um processo tem diferentes etapas e tanto a filosofia como as ciências têm uma longa, bastante longa história com muitas etapas, com muitas correntes e, assim, também com muitos quadros teóricos. É também inimaginável que seres humanos possam pretender alcançar ou terem alcançado algo como o *quadro teórico ABSOLUTO*, insuperável, definitivo. Antes do nosso tempo houve muitas etapas e depois do nosso tempo haverá muitas novas etapas com seus respectivos quadros teóricos. Se então admitimos que a ciência e a filosofia de hoje têm uma referência ontológica e, assim, têm um determinado grau de verdade, então segue-se que um tal estatuto também deve ser admitido com respeito a etapas anteriores e a etapas futuras, sempre com um diferente grau de verdade. Mas o que vale na perspectiva diacrônica, deve também ser admitido com respeito à perspectiva sincrônica, isto é, com respeito aos diferentes quadros teóricos filosóficos e científicos hoje existentes e/ou coexistentes. Segue-se daí que também eles possuem um determinado grau de verdade. O que foi exposto será ilustrado, descrevendo um *exemplo*.

Costumamos proferir sentenças do tipo: “Em (Belo Horizonte) o sol nasce às 06:40 e se põe às 19:05 horas.” O sol “nasce”? O sol “se põe”? Um falante cientificamente superconcientizado haveria de dizer logo: “Isso é falso; o sol nem nasce nem se põe...”. Tal reação parece à primeira vista ser muito inteligente, na verdade é demasiadamente precipitada e superficial. Com efeito, um outro falante poderia contestar de maneira bem diferente, dizendo: “Não é verdade que em (Belo Horizonte) o sol nasce às 06:40 e se põe às 19:05 horas; a verdade é que em (Belo Horizonte) o sol nasce às 06:45 e se põe às 19:12 horas.” Aqui fica logo claro que a questão da verdade surge inevitavelmente com respeito a afirmações tão “normais” como a aqui contemplada. Como explicar isso? A resposta é: atendendo à diversidade de quadros teóricos: de um lado, temos o quadro teórico da vida comum (*Lebenswelt*), de outro temos o quadro teórico característico da ciência astronômica. Em ambos se articula verdade, mas verdade em diferente sentido e em diferentes graus. Vamos explicar. O quadro teórico no qual se baseiam as sentenças declarativas

da vida comum é o quadro teórico em cujo centro se encontram conceitos decorrentes do que se pode chamar uma relação imediata (não-refletida) do ser humano com mundo ambiente. Desta relação imediata resultam “aparências” e é nelas que se baseiam as sentenças proferidas neste quadro; mais exatamente: estas sentenças articulam estas aparências.

A tendência geral entre filósofos consiste em dizer que o que é articulado desta maneira é algo puramente subjetivo, sendo assim destituído de qualquer valor de verdade, por não existir neste caso uma referência real e genuína à dimensão ontológica. Estes filósofos acrescentam a afirmação que só uma sentença científica é “objetiva” no sentido que ela expressa o que acontece no mundo real. Mas esta concepção, tão característica da maior parte dos filósofos de hoje, é extraordinariamente superficial, pois que não considera adequadamente a grande dimensão da verdade. Isso será brevemente mostrado.

Deve-se partir do fato que o homem é um ser/ente-no-mundo, o que quer dizer que ele não é uma subjetividade encapsulada em si mesma, interiorizada num eu separado do mundo e contraposto ao mundo. Se o ser/ente humano é um ser/ente-no-mundo, então tudo o que acontece com ele, acontece também no e com o mundo. Mesmo o ponto-de-vista aparentemente mais subjetivo que se possa imaginar é também um fenômeno-do/no-mundo. Segue-se daí imediatamente: ao fazer uma afirmação como “o sol nasce em Belo Horizonte às 06:40 horas”, o ser/ente humano faz uma afirmação sobre o mundo, sendo guiado por uma perspectiva de relação imediata, não-refletida, para com o mundo. Que acontece aqui? Se a afirmação é verdadeira, ela diz respeito ao mundo (e a saber: ao mundo real). Dessa forma, é o mundo a ser manifestado, é o mundo-que-se-mostra. Mas no caso da afirmação sobre o nascer do sol, o mundo é por assim dizer “atingido” a partir de uma perspectiva bem reduzida, bem particular, desde a perspectiva de um sujeito usando um quadro teórico característico do mundo da vida. Isso significa que através de tal afirmação o mundo mesmo é mostrado ou manifestado, mais exatamente: o mundo mesmo se mostra e se manifesta só a partir de um bem determinado e bem particular ponto do mundo mesmo. É o mundo manifestado *neste* ponto bem determinado e particular, ou ainda: é o mundo como é neste ponto bem determinado e particular. Não é, portanto, o mundo-mesmo no sentido de ser o mundo captado e manifestado a partir de um ponto de vista absolutamente universal. O mundo captado a partir de uma perspectiva absolutamente universal é o mundo captado e articulado pelas ciências particulares ou empíricas (segundo as estruturas não-universais) e pela filosofia (a partir das estruturas universais), pressupondo que a filosofia se entenda como ciência universal em sentido irrestrito.

Pode-se explicar este estado de coisas por meio de uma formulação semi-formalizada, a saber, por meio do operador teórico “é o caso que...”, o qual explicitamente ou implicitamente é pressuposto em toda sentença teórica.

No caso da sentença feita no quadro teórico da vida comum, o operador é drasticamente restringido; pode-se formulá-lo assim: “A partir da perspectiva da vida comum é o caso que o sol nasce às... em ...”. As sentenças teóricas científicas em sentido estrito não contêm restrições de qualquer espécie; a elas é anteposto o operador teórico *ilimitado*: “é o caso que (p. ex.: a terra gira em redor do sol)”. Quanto à filosofia, ela também deveria elevar-se ao plano do operador teórico ilimitado; mas isso é o que raramente acontece nas diversas correntes filosóficas. Este ponto deverá ser ainda objeto de considerações importantes a serem apresentadas mais abaixo.

No presente contexto, cabe ainda constatar que mesmo sentenças feitas dentro do quadro teórico da linguagem comum da vida humana tem um certo grau de verdade. Assim está explicada e fundamentada a primeira tese acima formulada: *A cada quadro teórico bem formado e constituído corresponde um determinado grau de verdade.*

[3] Uma segunda tese pode enunciar-se assim: *quadros referenciais teóricos bem formados e constituídos formam uma hierarquia em base dos critérios de teoricidade, inteligibilidade, coerência, abertura temática ilimitada e rigor expositivo.* Se a cada quadro teórico assim entendido e, desse modo, a cada corrente filosófica bem formada e constituída se atribui um grau de verdade, então estes graus de verdade formam partes do enorme processo estruturado/hierarquizado chamado *verdade*. A perspectiva de hierarquia resulta necessariamente da seguinte consideração: o quadro teórico é determinante com respeito à posição filosófica assumida; isso exclui imediatamente a possibilidade de que uma posição filosófica seja determinada por mais de um quadro teórico. Resulta daí uma hierarquia de quadros teóricos e, assim, de correntes filosóficas. O sentido exato e a importância desta hierarquia devem ser ressaltados. A hierarquia neste caso significa que o quadro teórico mais alto ou mais avançado *engloba todos os outros quadros teóricos inferiores*, sendo que este englobamento não significa puramente assunção indiferenciada, senão que significa clarificação acompanhada de correções profundas, ajustamentos coerentes e semelhantes. Este é um aspecto de suma importância para várias correntes filosóficas de hoje, como ainda se mostrará.

No que segue dar-se-á um exemplo muito recente. Há hoje uma grande disputa, conduzida muitas vezes à surdina, por assim dizer nos bastidores, e outras vezes à luz do dia, de modo explícito. Trata-se da disputa entre metafísica, de uma parte, e fenomenologia (na esteira husserliana), muitas vezes associada à hermenêutica, de outra parte.⁷ Sobretudo a fenomenologia, como é entendida e elaborada por autores franceses, especialmente por J.-L.

⁷ A atitude de Husserl com respeito à metafísica é ambivalente. Ele critica a “metafísica historicamente degenerada [*eine historisch entartete Metaphysik*]” (*Cartesianische Meditationen und Pariser Vorträge*, Husserliana, Volume I, 1950, § 60). Permanece, porém, completamente obscuro o que ele entende exatamente quando usa o termo “metafísica”.

Marion, rejeita qualquer tipo de metafísica de maneira radical. No livro do autor *Ser e Deus*⁸ foi mostrado que a metafísica, entendida como metafísica primordial no sentido de ser uma teoria do Ser como tal e como um todo (e não [só] uma teoria do ente enquanto ente), é radicalmente pressuposta pela fenomenologia. A teoria do Ser e não a fenomenologia constitui a *prima philosophia*. A razão reside no fato de o quadro referencial teórico da fenomenologia ser fundamentalmente inferior ao quadro teórico da metafísica primordial. Surge então a questão de saber se a teoria do Ser como metafísica primordial pode ou mesmo deve reconhecer também a fenomenologia como uma contribuição filosófica possível e, talvez, até mesmo preciosa. Em base do que foi mostrado até agora, é fácil dar uma bem-fundada resposta a esta questão: a fenomenologia pode e deve ser assumida como uma espécie de concretização pelo menos de certas estruturas metafísicas; mas unicamente sob a condição de ela não ser entendida como *prima philosophia*. A fenomenologia consiste essencialmente em ver e descrever os fenômenos entendidos como aquilo que é dado ao sujeito. Ora, estas “visões” e descrições da relação concreta entre o sujeito e os fenômenos como dados do sujeito não são algo que a metafísica primordial como tal realiza ou explicita. A fenomenologia então através da “visão, intuição (*Anschauung*)” dos dados como fenômenos articula um grau muito concreto de verdade. Falando em termos bem gerais, pode-se então dizer que a fenomenologia concretiza a metafísica parcialmente e até um certo ponto.

[4] A *terceira* (e última) *tese* a ser demonstrada reza: *uma tarefa essencial da filosofia consiste em primeiro lugar em elaborar o quadro teórico de maior rigor teórico, mais inteligível, mais coerente, de maior abertura temática.*

Até agora falou-se de quadros teóricos bem formados e constituídos e de correntes filosóficas num sentido marcadamente *idealizado*. A realidade da filosofia, porém, apresenta-se muito diferente. Na realidade da filosofia de hoje existem poucos quadros teóricos de correntes filosóficas explicitamente elaborados e explicados, sendo que isso acontece só parcialmente. Mostrar isso de maneira abrangente exigiria todo um livro, pois que se deveria examinar cada corrente filosófica e mesmo cada autor pertencente a uma corrente filosófica, o que evidentemente não pode ser feito no quadro de um ensaio. Em vista disso, o autor exporá na parte final deste ensaio o que ele assume como sendo as *três* mais importantes e urgentes *tarefas* a serem realizadas e em correspondência com elas as *três* maiores *deficiências* ou *falhas* das correntes filosóficas de hoje, *deficiências* e *falhas* que devem ser superadas afim de elaborar um quadro teórico filosófico não máximo, não absoluto (o que é completamente excluído), mas um quadro teórico superior no sentido de possuir um *maior rigor teórico, ser mais inteligível, mais coerente, de maior abertura temática.* A partir do resultado assim alcançado

⁸ PUNTEL L. B. *Ser e Deus*. Um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J.-L. Marion. S.Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.

será possível, finalmente, formular a solução positiva do problema posto pela unidade da filosofia e a pluralidade de correntes filosóficas

[4-1] A *primeira tarefa* concerne ao *estatuto teórico* da filosofia: a falta de clareza sobre este ponto é uma das grandes deficiências da maior parte das correntes filosóficas de hoje. Que a filosofia seja uma atividade teórica e, assim, seja uma teoria, a saber a teoria universal (em contradistinação às ciências particulares), não é admitido unanimemente. Sobre o conceito de teoria filosófica existem divergências profundas, o que é expressão da divergência fundamental com respeito ao que é filosofia e como filosofia deveria ser concebida. A este tema foi dedicada grande parte do livro *Estrutura e Ser*, o que não poder ser repetido aqui.

Um ponto especial merece menção no presente contexto: a quase universalmente aceita distinção entre filosofia teórica e filosofia prática, uma distinção que a filosofia faz e aplica há mais de dois milênios, mas que, como é entendida e usada ainda hoje, constitui o resultado de uma grande confusão. Não será a assim chamada filosofia prática, sobretudo a ética, genuína filosofia, uma vez que filosofia é teoria? Não será a filosofia prática uma teoria filosófica? Mas como pode sê-lo em base da distinção fundamental entre filosofia teórica e filosofia prática? Se se diz que a filosofia prática é a filosofia que se ocupa com a dimensão do agir humano e que esta dimensão é prática, então a expressão “filosofia prática” possui uma definição correta a partir do objeto desta disciplina. E então logo surgem as questões: como a filosofia prática assim entendida é contradistinta da filosofia teórica? Qual seria o objeto da filosofia teórica? Seria por exemplo, como em Kant, a natureza? Mas é a natureza algo de “teórico”? Além disso, se a expressão “filosofia prática” é entendida e definida a partir do objeto desta disciplina, então a filosofia como tal não poderia ser dividida simplesmente em filosofia teórica e filosofia prática; a filosofia deveria ser dividida em muitas disciplinas segundo os diferentes objetos considerados filosóficos, sendo que a denominação “filosofia teórica” não teria mais um sentido inteligível. Vê-se logo que a confusão é total. Apesar disso, a distinção entre filosofia teórica e filosofia prática ainda é usada hoje, e é principalmente usada hoje, como uma distinção fundamental que caracteriza a filosofia. E mais, filósofos como Habermas querem elaborar uma filosofia inteira, “com intencionalidade prática” (*in praktischer Absicht*)... Realmente, pergunta-se se esses filósofos se dão conta do que estão dizendo.

A filosofia é teoria, teoria universal, de alfa a ômega. Mas o que é uma *teoria filosófica*? Não é possível apresentar aqui a concepção da filosofia estrutural-sistemática sobre isso; como já foi indicado, consulte-se sobre isso o livro *Estrutura e Ser*⁹. O importante aqui é tornar explícito o estatuto

⁹ Ver capítulo 2: Sistemática da Teoricidade: A dimensão filosófica da exposição, p. 97-203.

das *sentenças teóricas*, que naturalmente são as únicas sentenças que podem aparecer num escrito filosófico. Já acima foi dito brevemente que sentenças teóricas são sentenças estruturadas pelo operador teórico “é o caso que...” anteposto à sentença como tal. Com vistas ao tema deste ensaio, o fator importante constitui o fato de o operador teórico poder aparecer ou em *forma ilimitada* “é o caso que...” ou em *forma restringida* “a partir da perspectiva tal e tal... é o caso que...”. A maior parte das correntes filosóficas são estruturadas em base de sentenças teóricas determinadas por uma ou outra forma do *operador teórico restringido*. Mas o operador teórico que é próprio e adequado para a filosofia propriamente dita é o operador teórico em sua forma *ilimitada*, pois só assim é estruturada uma teoria que articula a coisa como esta é e não a coisa como é vista a partir de uma perspectiva restringida e, assim, particular.

A descrição de um pequeno exemplo poderá ilustrar este ponto importante. Assumamos que a tarefa seja expor a situação mundial (política ou econômica ou..... ou...). Assumamos que esta tarefa caiba a um autor brasileiro. Assumamos, além disso, que este autor brasileiro apresente sua análise a partir da perspectiva brasileira, isto é, de tal forma que todas as sentenças formuladas por ele teriam anteposto o operador teórico restringido: “A partir da perspectiva específica brasileira é o caso que ... assim e assim...”. Que aconteceria? A ONU, na medida em que fosse uma organização realmente racional, haveria de dizer que tal análise não é adequada, pois oferece uma análise só do ponto de vista brasileiro, não do ponto de vista universal. Assumamos agora que o autor brasileiro se dê conta disso e, como consequência, “se eleve” ao ponto de vista universal. Sua análise teria então um caráter realmente objetivo, isento das restrições impostas por pontos de vista limitados, particulares. É interessante observar que do ponto de vista universal, que é o ponto de vista da coisa mesma em questão, é perfeitamente possível avaliar positiva ou negativamente também o ponto de vista limitado (neste caso o brasileiro), pois o ponto de vista universal engloba o ponto de vista particular.

Uma situação inteiramente análoga se dá com respeito ao operador teórico na filosofia. A grande maioria das correntes filosóficas se apoiam num ponto de vista, isto é, num operador teórico *limitado* ou *restringido*. Isso pode ser facilmente demonstrado em base de exemplos. Tomemos o caso da filosofia crítica transcendental de Kant. Apesar da imensa literatura sobre Kant (que, sem exagero, já repleta bibliotecas), segundo o conhecimento do autor nenhum intérprete ou crítico apontou para o fato que na *Crítica da Razão Pura* ocorrem *dois tipos* completamente distintos de sentenças. O *primeiro tipo* consta de sentenças com o estatuto estritamente transcendental, o qual consiste em sentenças, às quais é (explícita ou implicitamente) anteposto o operador teórico transcendental. Trata-se de um operador teórico *restringido* da forma: “A partir da subjetividade transcendental é o caso que... (p. ex.: “O eu penso deve acompanhar todas as minhas represen-

tações...”¹⁰). Estas sentenças com o operador teórico transcendentalmente restringido anteposto são sentenças que constituem a obra de Kant como tal, isto é, como um escrito transcendental em sentido estrito. Contudo, na *Crítica da Razão Pura* ocorre também outro tipo de sentenças, sentenças *meta-transcendentais* com um estatuto *irrestrito*, portanto absolutamente universal, da forma “é o caso que ...”. Este segundo tipo de sentenças é usado por Kant quando ele fala *sobre* a *Crítica da Razão Pura*. Neste caso ele não mais fala “a partir da subjetividade transcendental...” (pois isso seria circular), mas fala de tal maneira que *situa* o estatuto da *Crítica da Razão Pura* como sendo transcendental, isto é, como sendo determinado por um operador teórico restringido. A partir daqui é fácil de refutar todo o projeto de Kant na medida em que este projeto tem a pretensão de estabelecer o quadro teórico apropriado para toda e qualquer filosofia.

Em base deste exemplo pode-se aprender uma lição muito importante. Toda e qualquer posição ou corrente filosófica, que opera em base de um operador teórico restringido, se contradiz de modo fundamental: com efeito, ao querer falar sobre si mesma, ao querer justificar-se, situar-se, esta posição recorre imediatamente ao operador teórico ilimitado, assim contradizendo-se.

Com respeito às diferentes correntes filosóficas, pode-se constatar facilmente que pelo menos a maioria delas é caracterizada pelo fato de serem elaboradas em base de um operador teórico restrito, contendo assim uma falha imanente fundamental. Além da corrente transcendental (na esteira de Kant), pode-se nomear também a corrente fenomenológica, como se viu anteriormente; a corrente pragmatista, a corrente associada ao nome de Habermas, na qual o operador teórico tem a forma: “A partir do caráter social do mundo da vida é o caso que...”, e muitas outras correntes.

[4-2] A *segunda tarefa* tem a ver com um fator bem diferente: trata-se da inteligibilidade e da coerência das concepções filosóficas hoje apresentadas e afirmadas. Aqui a diferença entre autores continentais e autores analíticos torna-se particularmente importante e decisiva. Autores continentais como Kant (mas em escala menor), a tríade do idealismo alemão Fichte–Schelling–Hegel, Nietzsche, Husserl, Heidegger e muitos outros mais recentes como Derrida são filósofos que não excelem nos fatores inteligibilidade, clareza e coerência. Uma filosofia que dá um grande valor ao critério de rigor teórico tem grande dificuldade em reconstruir e avaliar a posição destes autores.

Dificuldades bem diferentes surgem quando se contemplam trabalhos de filósofos analíticos. É vastamente aceita a opinião que a filosofia analítica excele por ser altamente inteligível e coerente. Esta opinião é certamente bem fundada num sentido restrito, a saber: quando se leem e estudam estes escritos sem colocar questões sobre as bases últimas da concepção

¹⁰ KANT I. *Crítica da Razão Pura*, § 16, B 132. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ⁵2001.

exposta. Isso vale de modo especial com relação à semântica e à ontologia, duas disciplinas-chave da filosofia analítica. Esta corrente filosófica desenvolveu – com muitas variantes – uma semântica baseada inteiramente na linguagem comum, normal ou coloquial. E neste quadro elaborou e elabora uma ontologia. Nos escritos do autor, especialmente em *Estrutura e Ser*, foi mostrado que esta semântica e ontologia analíticas são fundamentalmente vastamente deficientes com respeito à inteligibilidade e à coerência. Também a teoria do conhecimento e a teoria da verdade analíticas não são suficientemente inteligíveis e coerentes. Elas formam parte do quadro referencial teórico do assim chamado *mainstream* da filosofia analítica de hoje. Aqui há um enorme trabalho a fazer. E é aqui de modo especial que se mostra o que significa fazer progresso em filosofia: corrigir, reformular, aprimorar sempre mais as bases filosóficas, isto é, os quadros teóricos pressupostos e usados. Deve ser claro que não é possível entrar aqui em pormenores com respeito à esta problemática sumamente importante.

[4-3] Finalmente, a *terceira tarefa* é de *ordem temática* e concerne quase exclusivamente à corrente filosófica dominante hoje, que é a corrente analítica. Dito brevemente: o que falta quase por completo nesta corrente é a abordagem das assim chamadas grandes questões, em primeiríssimo lugar a grande questão do Ser. A filosofia analítica, em que pese o renascimento do que nesta corrente se chama “metafísica”, desconhece por completo a questão que Heidegger reformulou: a questão do Ser. A assim chamada metafísica analítica só conhece e só trata a metafísica dos entes, metafísica entendida como a ciência do ente enquanto ente (*ens quatenus ens*). É uma falha temática fundamental. Mas deve-se acrescentar que a filosofia analítica, entendendo-a não no sentido que se chama hoje *mainstream*, mas num sentido amplo, baseado na grande abertura que esta corrente está manifestando nos últimos três decênios, possui a potencialidade de pôr e tratar as assim chamadas grandes questões, de modo especial a grande questão do Ser. Nos livros *Estrutura e Ser* e *Ser e Deus* do autor foi feito um grande esforço de repor e reformular essa questão; como resultado foram apresentados os traços fundamentais de uma Teoria do Ser como tal e como um todo.

Conclusão

As longas considerações apresentadas na segunda e terceira parte deste ensaio tinham como meta a elaboração de uma solução positiva ao problema posto pela unidade da filosofia e a pluralidade de correntes filosóficas. A existência de uma pluralidade de correntes filosóficas não é nem um enriquecimento puro nem uma autodesqualificação simples da filosofia. É um problema solúvel, no sentido especial que foi elaborado neste ensaio. É um problema que resulta da *conditio humana* na forma específica da *conditio philosophiae*, a condição deste grande empreendimento teórico

da humanidade, um empreendimento de seres finitos envolvidos numa história e que não podem ter a pretensão de ter alcançado e de poder alcançar de uma vez para sempre *a verdade absoluta*. Neste ensaio não foi possível mostrar que esta solução não implica um relativismo autocontraditório da verdade. (Esta demonstração se encontra no livro *Estrutura e Ser*.¹¹) Implica, porém, uma concepção altamente diferenciada do que é Verdade, a meta de toda filosofia. Fica, assim, claro que a unidade da filosofia não é uma grandeza fixa, estática, abstrata; é, ao contrário, uma grandeza dinâmica, processual: seu caráter real só é dado como um processo de autodeterminação através das suas fases históricas concretizadas nas figuras que se chamam *correntes filosóficas*.

Referências

HAWKING, Stephen. *O universo numa casca noz*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2001.

HAWKING, Stephen. *Uma breve história do tempo*. Do Big Bang aos Buracos Negros. Lisboa: Gradiva, 1988.

HEGEL, Georg F.W. *Phänomenologie des Geistes*. Gesammelte Werke, Band 9. Hamburg: Meiner, 1989.

HEIDEGGER, Martin. "Zeit und Sein", in M. Heidegger, *Zur Sache des Denkens*. Tübingen: Niemeyer Verlag, 1969.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PUNTEL Lorenz B. *Estrutura e Ser*. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

PUNTEL Lorenz B. *Ser e Deus*. Um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J.-L. Marion. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

Lorenz B. Puntel
Waldfriedenstr. 6a
86161 Augsburg
Alemanha
puntel@lrz.uni-muenchen.de

¹¹ Cf. subseção 3.3.4.3; Uma forma moderada do relativismo da verdade, p. 321-326.